



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO.

APOSTILA N. 01 AO CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO (evento [0776691](#))

PROCESSO SEI TRE-RO N. 0001693-59.2020.6.22.8000

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 38/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2021

Primeira Apostila ao Contrato nº 08/2021/TRE/RO (evento [0776691](#)), celebrado entre a união, por meio do TRE-RO, CNPJ 04.565.735/0001-13, e a empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 23.972.729/0001-25, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva para a Justiça Eleitoral de Rondônia, com fornecimento de materiais e mão de obra (contratação remanescente, decorrente da rescisão unilateral do contrato anterior n. 04/2021, evento [0761533](#), firmado com empresa Circuitos Engenharia Ltda, CNPJ 21.366.809/0001-01, conforme termo de rescisão evento [0775962](#)).

A Ilustríssima Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições e consoante Despacho n. 121/2022-PRES/GABDG, de 04/02/2022 (evento [0787124](#)),

RESOLVE:

I - Expedir a presente Apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no art. 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato supramencionado, para **registrar o reajuste ao valor do Contrato 08/2021 no percentual de 12,48%** (doze inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), decorrente da variação do índice da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, aferida no período de 01 (um) ano contado da data da licitação (2020 a 2021), com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir do mês de dezembro de 2021, consoante detalhamento constante na tabela a seguir:

TABELA 1 - CONTRATO N. 08/2021: REAJUSTE DO VALOR DO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO	
(A) Valor do Contrato n. 8/2021	R\$ 5.551.758,81
(B) = (Reajuste 12,48 % x A) Valor do Reajuste	R\$ 692.859,50
(C) = (A+B) VALOR TOTAL DO CONTRATO N. 08/2021 APÓS O REAJUSTE	R\$ 6.244.618,31

Fonte: Informação n. 8/2022/ SEMAP- Seção de Manutenção Predial (evento [0778865](#)).

II - Este reajuste tem efeitos financeiros retroativos ao mês de dezembro de 2021;

III - O impacto financeiro total estimado deste reajuste é de R\$ 692.859,50 (seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), correndo as despesas à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, conforme Nota de Empenho a ser emitida ou reforçada, conforme a necessidade.

IV - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

V - Para assegurar a plena execução deste ajuste, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA no valor de R\$ 34.642,97 (trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e observadas todas as condições constantes da Cláusula Sexta do Contrato originário.

VI - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual cômputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ 6.244.618,31, conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato originário que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou Termos Aditivos.

VIII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

IX - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE.

Porto Velho/RO, 07 de fevereiro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora-Geral do TRE-RO

**ANEXO I À APOSTILA N. 01 AO CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO
HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO**

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas*:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 08/2021 (assinado em 29/12/2021) - Volume XVI do PA (evento n. 0776691) Vigência de 12 meses, a contar da assinatura.	R\$ 5.551.758,81	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor do Contrato: R\$ 5.551.758,81		
Garantia: R\$ 277.587,94		
Apostila n. 01, assinada em __/02/2022 – Volume XVIII do PA (evento 0788075)		
Reajuste de 12,48% , a contar de dezembro/2021.	R\$ 692.859,50	-
Valor da Apostila R\$ 692.859,50		
Garantia: R\$ R\$ 34.642,97		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 6.244.618,31
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO****LOPES, Diretora Geral**, em 07/02/2022, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0788075** e o código CRC **57A2F0A4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001693-59.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COSEG/SAOFC

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajuste *strito sensu* em contratação remanescente (Contrato 08/2021/TRE/RO) – Serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva e de reformas para manutenções prediais- Empresa Contratada: **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**

PARECER JURÍDICO Nº 16 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, para a prestação de serviços remanescentes de engenharia do contrato administrativo nº 04/2021 ([0709773](#)) consistente em manutenções preditivas, preventivas e corretivas, e de reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos e mão de obra, materializada no Contrato Administrativo nº 08/2021 ([0776691](#)).

02. Consta nos autos solicitação de reajuste da empresa TF Engenharia e Representações Ltda., com suporte no art. 24, inc. XI, da Lei n. 8.666/93 ([0778861](#) e [0778863](#)). Na Informação nº 8/2022-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0778865](#)) a unidade gestora comunica a incidência de reajuste em decorrência da divulgação de nova tabela do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia. Acrescenta a unidade SEMAP que a base de cálculo utilizada para a composição do valor da presente contratação foi a Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia - da data da licitação - e que correspondeu a tabela de **referência: dezembro/2020.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Assim, prossegue a unidade em sua informação, acrescentando que a nova base de cálculo a ser utilizada ao saldo contratual a contar do mês de dezembro/2021 será a Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia de **referência: dezembro/2021**, que teve uma **variação de 12,48%**, conforme pesquisa IBGE (evento [0778863](#)), em comparação com a apresentada na proposta.

04. Informa ainda a unidade gestora que para suportar a despesa com o referido reajuste no atual exercício, não **haverá a necessidade de emissão de nota de empenho, considerando tratar de contrato sob demanda.**

05. Os autos foram recebidos pelo secretário de administração, orçamento, finanças e contabilidade, determinando, na oportunidade, a elaboração da minuta de Apostila contratual pela SECONT e a análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho nº 34/2022-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0779796](#)).

06. A Seção de Contratos juntou a minuta de Apostila n. 1 ao Contrato n. 08/2021 ([0784583](#)).

07. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa 25 ([0784585](#)). **É o necessário relato.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 – DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

08. A pretensão da unidade gestora tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 08/2021. Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

...

Subcláusula Sétima – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta permanecerão inalterados durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Em conformidade com os **Acórdãos 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU, os preços contratados PODERÃO ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação** (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas, **após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA** da unidade federativa do Estado de Rondônia; (*GRIFO NOSSO*)

3. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;

4. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;

5. Nos casos em que os reajustes forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.

09. Segundo Marçal Justen Filho, o “Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

10. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, assim orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se **da data da apresentação da proposta** ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto no edital e no contrato, ou ainda do último reajustamento. (sem grifo no original)

11. Ademais, necessário se faz mencionar o entendimento da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, com relação ao conceito do instituto em estudo, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela.

O que se afirmar é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original).

12. A data base de cálculo utilizada pela então contratada empresa Circuitos Engenharia Ltda. para compor o valor da contratação foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a tabela SINAPI DESONERADA do **mês de dezembro de 2020**, conforme se verifica nos documentos do certame ([0639588](#)). Considerando que o período apuratório se refere a **dezembro de 2020 a dezembro de 2021**, a unidade SEMAP informa o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente, no percentual de **12,48%**, conforme índice apurado pelo IBGE ([0778863](#)).

13. Vale repisar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos novamente texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. **O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).**

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

14. Verifica-se que a pretensão do caso em comento está amparada legalmente, pois o reajuste está previsto em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado, conforme informado pela unidade gestora da contratação. Portanto, com efeitos financeiros a partir do mês de dezembro/2021 com os novos valores reajustados, conforme informações insertas no evento 0778865 e, para fazer jus aos valores pretéritos, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

15. Ademais, tratando-se de contratação de remanescente, há previsão legal de que os preços devem permanecer corrigidos, vejamos os ditames do inciso XI, art. 24, da Lei n. 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

XI - na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, **devidamente corrigido**;

(...)

2.2 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

16. O Contrato n. 08/2021 ([0776691](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 277.587,94 (duzentos e setenta e sete mil quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e quatro centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2467/2017 – TCU – Plenário).

(...)

Subcláusula Terceira – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste/repactuação, revisão, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)

17. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proporção” (Manual de Licitações e Contratos 4^a Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário**. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário**. (sem grifo no original)

18. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste contratual.

2.3 - ANÁLISE DA MINUTA DE APOSTILA N. 01

19. Juntou-se aos autos minuta de Apostila n. 01 ao Contrato nº 08/2021 ([0776691](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – DA CONCLUSÃO

20. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, com relevo na Cláusula Sexta do Contrato nº 8/2021 ([0776691](#)) e art. 24, XI, da Lei n. 8666/93, esta Assessoria entende devida a aplicação do reajuste contratual no patamar de **12,48%** (doze inteiros vírgula quarenta e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

oito por cento) decorrente da variação acumulada do índice da Tabela SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia, aferida no período de 01 (um) ano contado da data da licitação (2020 a 2021), com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de dezembro de 2021.

21. Quanto à minuta de Apostila N° 01 juntada aos autos (0784583), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica APROVA os seus termos.

22. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos de gestão praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 01/02/2022, às 17:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0785908** e o código CRC **09F1E90D**.

0001693-59.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0001693-59.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS - COSEG

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajuste *strito sensu* em contratação remanescente (Contrato 08/2021/TRE/RO) – Contratada TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. – Objeto: Serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva e de reformas para manutenções prediais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 121 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, visando a prestação de serviços remanescentes de engenharia do contrato administrativo nº 04/2021 ([0709773](#)), consistente em manutenções preditivas, preventivas e corretivas; bem como reformas para manutenções prediais, com fornecimento de insumos e mão de obra, materializada no Contrato Administrativo nº 08/2021 ([0776691](#)).

Consta nos autos solicitação de reajuste da empresa TF Engenharia e Representações Ltda., com suporte no art. 24, inc. XI, da Lei n. 8.666/93 ([0778861](#) e [0778863](#)).

À vista disso, a Seção de Manutenção Predial - SEMAP comunica a incidência de reajuste em decorrência da divulgação de nova tabela do SINAPI DESONERADA do Estado de Rondônia, acrescentando que a nova base de cálculo a ser utilizada ao saldo contratual a contar do mês de dezembro/2021 teve uma variação de 12,48%, conforme pesquisa IBGE ([0778863](#)), em comparação com a apresentada na proposta, conforme Informação 8 ([0778865](#)).

Informa ainda a unidade gestora que para suportar a despesa com o referido reajuste no atual exercício, não haverá a necessidade de emissão de nota de empenho, considerando tratar de contrato sob demanda.

Os autos foram recebidos pela SAOFC, que determinou a elaboração da minuta de apostila contratual pela Seção de Contratos e a análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho nº 34/2022 ([0779796](#)).

A Seção de Contratos - SECONT juntou a minuta de Apostila nº 1, evento nº [0784583](#), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise, tendo esta aprovado os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da lei nº 8.666/93. Ademais, a AJDG opinou pela aplicabilidade do reajuste contratual no patamar de 12,48% (doze inteiros vírgula quarenta e oito por cento) decorrente da variação acumulada do índice da Tabela SINAPI DESONERADA do Estado de Rondônia, aferida no período de 01 (um) ano contado da data da licitação (2020 a 2021), com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado, a partir de dezembro de 2021, conforme Parecer Jurídico AJDG [0785908](#).

Por sua vez, a SAOFC se manifestou favorável à aplicação do reajuste ao valor do Contrato 08/2021 no percentual de 12,48% (doze



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), tendo um impacto financeiro de R\$ 692.859,50 (seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos. Ademais, manifestou-se pela complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura da apostila, no valor de R\$ 34.642,97 (trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do reajuste que se pretende implementar ([0787018](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei nº 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a *novel* Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, tem em seu artigo 191 c/c 193, a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Nos termos do Parecer Jurídico nº 16/2021 da AJDG ([0785908](#)), a pretensão do reajuste em análise tem fundamento no art. 40, inciso XI, e art. 55, inciso III, ambos da lei nº 8.666/93, tratando-se de reajuste *strito sensu*, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 08/2021. Leia-se:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

...

Subcláusula Sétima – Especificamente quanto ao eventual Reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. Os percentuais de desconto registrado na ata de registro de preços e BDI ofertados na proposta permanecerão inalterados durante todo o período de vigência dos contratos originados do certame;
2. Em conformidade com os **Acórdãos 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU, os preços contratados PODERÃO ser reajustados após o período de 01 (um) ano, contados da data da licitação** (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas, **após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade federativa do Estado de Rondônia; (GRIFO NOSSO)**
3. O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados;
4. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos;
5. Nos casos em que os reajustes forem aplicáveis, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização planilha contendo a relação dos serviços e os valores a serem reajustados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com efeito, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração quando completado o lapso de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto. A data base de cálculo utilizada pela então contratada empresa Circuitos Engenharia Ltda. para compor o valor da contratação foi a tabela SINAPI DESONERADA do mês de dezembro de 2020 ([0639588](#)). Considerando que o período apuratório se refere a **dezembro de 2020 a dezembro de 2021**, a unidade SEMAP informa o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente, no percentual de **12,48%**, conforme índice apurado pelo IBGE ([0778863](#)).

Sendo assim, verifica-se que a pretensão em comento está amparada legalmente, pois o reajuste está previsto em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado, conforme informado pela unidade gestora da contratação. Com efeitos financeiros a partir do mês de dezembro/2021 com os novos valores reajustados, conforme informações inseridas no evento 0778865 e, para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

No tocante à atualização da garantia, o Contrato n. 08/2021 ([0776691](#)) estabeleceu a obrigação da empresa oferecer garantia contratual, conforme disposto no item 16 do Parecer Jurídico [0785908](#). Desta feita, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste contratual.

Pelo exposto, considerando o Parecer Jurídico AJDG [0785908](#) e a Manifestação SAOFC [0787018](#), e com fulcro no art. 1º, inciso II, da Portaria nº 66/2018:

a) autorizo o reajuste do Contrato Administrativo nº 8/2021 ([0776691](#)), no percentual de 12,48% (doze inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), decorrente da variação do índice da Tabela Sinapi Desonerada da unidade federativa do Estado de Rondônia, aferida no período de 01 (um) ano contado da data da licitação (2020 a 2021), com efeitos financeiros sobre o contrato mencionado a partir do mês de dezembro de 2021, com fundamento no art. 55, III e art. 65, §8º, ambos da Lei nº. 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Sétima do Contrato Originário; e

b) determino a complementação da garantia contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da apostila, no valor de R\$ 34.642,97 (trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no [art. 56, § 1º, da Lei nº. 8.666/93](#), com fundamento no [art. 56, § 2º, da Lei nº. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Sexta do Contrato Originário.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 04/02/2022, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0787124** e o código CRC **190EEDA8**.